

Acerto com credores não é definitivo

Foto de J.França



O Ministro Mailson da Nóbrega informa os termos do acordo preliminar com credores ao Presidente Sarney

BRÁSILIA — O Ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, anunciou ontem a conclusão de um acordo preliminar com os bancos credores internacionais sobre pontos considerados básicos para o reescalonamento da dívida externa brasileira. O acordo envolve recursos da ordem de US\$ 6,4 bilhões, dos quais US\$ 5,8 bilhões em novos empréstimos ao País, para o período que vai de 1987 ao primeiro semestre de 1989, e os restantes US\$ 600 milhões para ampliação das linhas de curto prazo, destinadas principalmente ao financiamento do comércio exterior brasileiro. O **spread** (taxa de risco) cobrado pelos bancos cai para 0,8125%, equivalente ao obtido pelo México na negociação de sua dívida.

O acordo definitivo, a partir desses pontos preliminares, só deverá ser fechado, segundo o Ministro, ao final do próximo mês de março. O acerto preliminar não envolve a assinatura de um documento formal, mas apenas a distribuição de um comunicado do comitê assessor aos 700 bancos credores da dívida brasileira. Os pontos anunciados ontem, entretanto, foram considerados por ele como um avanço decisivo no sentido da normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, atestando o sucesso da nova estratégia adotada pelo Governo na negociação da dívida.

— É a primeira vez que se define em acordo preliminar o montante de "dinheiro novo" e o **spread** — destacou o Ministro, em entrevista coletiva concedida ontem.

Além do **spread** de 0,8125%, que se compara à taxa média de 1,66% válida atualmente, o País comprometeu-se também a pagar uma comissão de 0,37% sobre o volume dos novos empréstimos a serem concedidos, a título de incentivo à rápida adesão dos credores ao acordo definitivo. A Argentina, informou Mailson da Nóbrega, pagou o mesmo nível de comissão de adesão em seu recente acordo. A expectativa do Ministro é

de que o processo de adesão dos bancos ao acordo que vier a ser formalizado no final de março se estenda até junho. Para cobrir os juros devidos no período de abril a junho, o País pretende contar com um empréstimo-ponte dos bancos credores, em montante não especificado pelo Ministro.

Mailson não forneceu detalhes sobre a distribuição dos US\$ 5,8 bilhões para o período abrangido no acordo, adiantando apenas que, para o primeiro semestre de 1989, deverá ser reservada uma parcela de US\$ 500 milhões. É possível, ainda, que esse volume global seja alterado, em função das negociações em torno do chamado **carve-out**, um mecanismo que atualiza parcelas da dívida futura de acordo com o novo **spread** acertado com os bancos.

A proposta original apresentada pelo Governo brasileiro, em setembro do ano passado, previa novos recursos da ordem de US\$ 4,3 bilhões para 1987, US\$ 3,0 bilhões para este ano e mais US\$ 3,1 bilhões para 1989. De acordo com as explicações do Ministro, entretanto, essas estimativas foram reduzidas, em função da diminuição nas taxas de juros **prime rate** e **Libor** e da elevação dos superávits da balança comercial do País:

— Não havia sentido em aumentar o endividamento do País além das necessidades reais para o financiamento do balanço de pagamentos.

O Governo espera agora chegar a um acordo abrangente sobre a dívida de cerca de US\$ 67 bilhões relativa ao período de 1986 a 1993. A proposta brasileira é de um reescalonamento por um prazo de 25 anos, com uma carência de oito a dez anos.

O acordo definitivo a ser assinado deverá determinar restrições aos bancos que não mantiverem disponibilidades mínimas nas linhas de curto prazo ao País, entre elas a proibição de operações de **relending** (reempréstimo) e de conversão da dívida em investimento.

OS PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO PRELIMINAR

Os principais pontos do acordo preliminar sobre a dívida externa, negociado com os bancos credores e anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, são os seguintes:

1 — O acerto envolve recursos da ordem de US\$ 6,4 bilhões, sendo que desse total US\$ 5,8 bilhões de novos empréstimos ao País para o período de 87 ao primeiro semestre de 89 e US\$ 600 milhões para a ampliação das linhas de crédito de curto prazo. Inicialmente, o Brasil pediu US\$ 10,4 bilhões de novos empréstimos. Depois, já na gestão do ministro Mailson da Nóbrega esse montante foi reduzido para US\$ 7,1 bilhões.

2 — O **spread** (taxa de risco) acertado foi de 0,8125 por cento, o mesmo conseguido pelo México e pela Argentina. O **spread** é uma taxa cobrada pelos bancos acima dos juros. Inicialmente, o Brasil queria **spread** zero, proposta que chegou a ser encaminhada pelo ex-ministro Bresser Pereira. Quando Mailson assumiu o Ministério, propôs um **spread** igual ao do México. Conseguiu.

3 — O Brasil deseja também que essa redução de **spread** (a taxa média paga atualmente pelo país é de 1,66 por cento) incida sobre o estoque total da dívida com os bancos privados (de US\$ 67,6 bilhões). Não houve acordo ainda sobre essa questão.

4 — Neste acordo, o Brasil pagará 0,37 por cento (além do **spread**) a título de "comissão de adesão". Com isso, o governo brasileiro espera incentivar a rápida participação dos bancos nos novos empréstimos ao país. Essa taxa já tinha sido incluída no acordo provisório negociado por Bresser. Se todos os bancos aderirem ao acordo, no prazo a ser fixado, essa nova comissão representará uma despesa a mais de US\$ 19 milhões ao país.

5 — Não há acerto ainda sobre o prazo de duração do acordo a ser formalizado com os bancos. Mailson disse que o mais provável é que o acerto seja referente ao pagamento dos juros de 87, 88 e primeiro semestre de 89.

6 — Não há definição também sobre os novos prazos de pagamentos do principal da dívida que será reescalonada. O Brasil está pedindo um novo prazo de pagamento de 25 anos, mas os bancos só aceitaram até agora 20 anos.

7 — Linhas de curto prazo — Do total de US\$ 600 milhões previstos para a ampliação dessas linhas no acordo preliminar, US\$ 300 milhões serão desembolsados nas próximas semanas pelos 14 bancos do Comitê Credor, e o restante somente após o acordo definitivo.